

IMUNIZAÇÃO INFANTIL CONTRA A INFLUENZA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.

Eliabe Afonso de Sousa Júnior¹; Maria Luiza Estevam Diógenes²; Letícia Bandeira³; Gabriel dos Santos Gomes⁴; Aline Viegas dos Santos⁵; Maria Eduarda do Nascimento Maia⁶; Antônio Sérgio Delgado Júnior⁷.

Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - FCM / AFYA-PB. Cabedelo, Paraíba, Brasil.

eliabe.junior70@gmail.com

Área temática: Temas livres em Medicina.

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Imunizações (PNI) consiste em uma estratégia essencial de saúde pública no Brasil para a redução da morbimortalidade, o qual enfrenta o desafio contemporâneo da queda na cobertura vacinal e da hesitação vacinal na infância. **Objetivo:** Relatar a experiência de uma ação em saúde que promoveu a vacinação infantil contra a Influenza e a conscientização sobre sua relevância em uma Escola e Creche Municipal. **Metodologia:** Estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência realizado por acadêmicos de Medicina baseado na Atenção Primária e em parceria com a Unidade de Saúde da Família. O processo envolveu triagem, checagem de cadernetas, imunização, protocolos de segurança e oferta de vitamina A em crianças matriculadas em uma escola e em uma creche do Município de Cabedelo- PB. **Resultados e Discussão:** A imunização contra a influenza foi realizada seguindo as especificidades de via intramuscular profunda e volume por faixa etária pediátrica (vasto lateral da coxa ou deltoide). Concomitantemente, administrou-se a vitamina A por via oral para o público de 6 a 59 meses para o fortalecimento do sistema imunológico. O estabelecimento de um acolhimento emocional lúdico e acessível por parte dos estudantes foi indispensável para reduzir o medo e o estresse da vacina, garantindo uma boa taxa de adesão do público. **Conclusão:** O sucesso na atualização vacinal infantil consolidou-se pela aplicação rigorosa de protocolos de segurança técnica, territorialização e manejo humanizado do público-alvo. A experiência e a reflexão final com a equipe de saúde reforçaram o impacto positivo na garantia do acesso à saúde e na construção de uma formação técnica e empática para os futuros médicos.

Palavras-Chave: Vacinação; Influenza; Estratégias de Saúde Nacionais.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), desenvolvido e gerido pelo Ministério da Saúde em parceria com as Secretarias Estaduais (SES) e Municipais de Saúde (SMS), destaca-se como uma importante estratégia de saúde pública no Brasil. Desde sua criação, o programa tem promovido ações de vacinação em escala nacional, exercendo papel fundamental na diminuição dos índices de morbidade e mortalidade da população. Ao longo desse período, o PNI tem acompanhado as transformações dos contextos político, epidemiológico e social, ajustando suas diretrizes e ampliando sua capacidade de resposta às demandas de saúde da sociedade brasileira (Domingues, 2020).

A vacinação de rotina corresponde à aplicação sistemática das vacinas previstas no Calendário Nacional de Imunização, o qual deve ser seguido ao longo das diferentes fases da vida, desde o nascimento. Essa estratégia tem como finalidade proporcionar proteção individual contra doenças imunopreveníveis e, simultaneamente, promover a imunidade coletiva, contribuindo para a redução e interrupção da circulação de agentes infecciosos na população (Moraes, 2024).

A imunização na infância é resguardada pelo Calendário Nacional de Vacinação, que preconiza vacinas essenciais como a BCG, a pentavalente e a pólio inativada para a proteção precoce do lactente. Nesse cenário, destaca-se a vacina influenza trivalente, recomendada anualmente para crianças de seis meses a menores de seis anos devido à sazonalidade e severidade da gripe. Assim, a regularidade da cobertura contra o vírus influenza na Atenção Primária consolida-se como um pilar indispensável para mitigar complicações respiratórias graves na população pediátrica (Brasil, 2026).

Dessa maneira, vale destacar que a diminuição da cobertura vacinal configura-se como um importante desafio para a saúde pública brasileira, sendo influenciada por múltiplos determinantes. Entre os fatores associados a esse fenômeno, destaca-se a hesitação vacinal, frequentemente relacionada ao desconhecimento acerca dos benefícios da imunização e à ampla circulação de desinformação, que propagam alegações infundadas sobre potenciais riscos e efeitos adversos das vacinas. Além disso, diversos outros fatores sociais, culturais e estruturais podem contribuir para a redução da adesão aos programas de vacinação infantil no Brasil. (Barata, 2020).

Diante dessa realidade, o presente trabalho tem como proposta relatar a experiência de uma ação de vacinação infantil contra a Influenza em uma creche e uma escola de ensino

infantil na cidade de João Pessoa- PB. A atividade buscou incentivar a atualização do calendário vacinal do público alvo, além da conscientização acerca da importância da vacinação.

OBJETIVO

Dessa forma, o presente trabalho objetiva relatar a experiência de uma ação em saúde, que promoveu vacinação infantil contra a Influenza e conscientização acerca da sua relevância em uma Escola e uma Creche Municipal de Cabedelo (PB).

METODOLOGIA

O presente artigo se trata de um estudo descritivo e qualitativo, do tipo relato de experiência, abordando uma ação realizada em dias distintos em uma Escola Municipal e Creche Municipal no município de Cabedelo (PB) por acadêmicos do curso de Medicina. A ação foi pautada em um momento de acolhimento e vacinação infantil, abordando, ainda, a relevância da atualização do calendário vacinal. A atividade teve como público-alvo as crianças matriculadas em ambas instituições municipais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em primeiro momento, os integrantes da ação estabeleceram uma rede de diálogo sobre o cenário atual da vacinação com a equipe da Unidade de Saúde da Família, cuja vivência prévia em atividades semelhantes contribuiu para o planejamento da intervenção. A partir dessa articulação, foram levantadas informações estratégicas, como o cenário de atuação (escola e creche municipais), o público-alvo (crianças em idade escolar) e as demandas prioritárias da comunidade no que tange à vacinação. Ademais, observou-se o princípio da territorialização, elemento fundamental da Atenção Primária à Saúde, por possibilitar a compreensão das especificidades locais e orientar a implementação de ações compatíveis com a realidade do território (Faria, 2020).

Desse modo, após determinação do local da ação previamente, no dia da ação aconteceu o planejamento da execução com a equipe de saúde e estudantes presentes, após isso houve preparação do ambiente, conferência dos imunobiológicos e materiais necessários

para a vacinação, triagem das crianças, confirmação da autorização dos pais para imunização e verificação do calendário vacinal infantil, com a finalidade de estabelecer a precisão da última dose de influenza tomada. Nessa perspectiva, o esquema inicial requer duas doses com intervalo de trinta dias, reduzindo-se a uma dose anual subsequente para manter a resposta imune ativa (Brasil, 2026).

Para a aplicação vacinal, após a triagem das crianças que iriam receber a dose, foram usados protocolos de segurança para a respectiva faixa etária, garantindo assim o armazenamento, manuseio e aplicação correta dos imunobiológicos. Sendo assim, as crianças autorizadas pelos pais receberam a dose da vacina Influenza atualizada. A imunização contra a influenza em crianças é administrada por via intramuscular profunda, aplicando-se um volume de 0,5 mL no músculo vasto lateral da coxa em lactentes (menores de 2 anos) ou no deltoide em crianças maiores (Brasil, 2014).

Durante o processo de aplicação vacinal, o acolhimento emocional e psicológico com as crianças foi essencial para que houvesse uma boa taxa de adesão à atualização da vacina contra a Influenza. Dessa maneira, os estudantes de medicina se disponibilizaram também para proporcionar esse momento de conversa com as crianças, encorajando o ato vacinal e explicando, de maneira lúdica e acessível para a faixa etária, a importância daquele momento. Portanto, alguns benefícios do acolhimento das crianças podem ser enaltecidos, como a redução do medo associado à experiência de vacinação, o aumento da adesão ao tratamento e o desenvolvimento de melhores estratégias de enfrentamento do estresse vivido (Doca, 2007).

Paralelamente a isso, foi também oferecida a suplementação de vitamina A para as crianças com a faixa etária necessária para receber, ou seja, crianças de 6 a 59 meses (menores de 5 anos). Isso ocorre pois, unir a suplementação de micronutrientes ao calendário vacinal facilita o acesso das famílias e garante que a criança receba ambas as proteções em uma única visita à Unidade Básica de Saúde (UBS). Ainda, ação sinérgica da vitamina A desempenha um papel crucial no desenvolvimento e na manutenção das barreiras epiteliais e do sistema imunológico, sua deficiência compromete a resposta vacinal do organismo e aumenta a vulnerabilidade a infecções respiratórias graves (Akalu, 2022).

Por fim, após a conclusão do momento de vacinação, houve a síntese dos aprendizados daquele momento com a equipe de saúde que estava presente, com a finalidade de proporcionar um momento de reflexão sobre a importância de levar acesso à saúde para quem precisa. Para isso, os estudantes do curso de Medicina realizaram uma fala breve sobre

o que foi aprendido nesses momentos e como isso impactou na formação técnica e empática dos futuros médicos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) se consolida como uma estratégia fundamental de saúde pública no Brasil, desempenhando um papel histórico e indispensável na redução dos índices de morbidade e mortalidade da população. A operacionalização da vacinação de rotina, por meio da aplicação sistemática dos imunizantes previstos no Calendário Nacional de Imunização, reflete a capacidade do programa de acompanhar as transformações políticas, epidemiológicas e sociais do país

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que o sucesso da ação reside na articulação com a Unidade de Saúde da Família e na territorialização para mapear as demandas locais. O processo evidenciou que a triagem, a verificação vacinal e a aplicação por via intramuscular profunda — respeitando as especificidades anatômicas de cada faixa etária — foram essenciais para garantir a segurança dos protocolos e a atualização vacinal eficaz das crianças autorizadas.

Ademais, o acolhimento psicológico lúdico promovido pelos acadêmicos foi indispensável para a adesão vacinal. Ao transformar o momento em uma experiência acessível, conseguiu-se reduzir o medo e o estresse, impulsionando simultaneamente a oferta sinérgica da vitamina A. Por fim, a reflexão com a equipe consolidou a importância de levar acesso à saúde e reforçou a formação técnica e empática dos estudantes.

REFERÊNCIAS

AKALU, Yared et al. Immune Impairment Associated with Vitamin A Deficiency: Insights from Clinical Studies and Animal Model Research. **Nutrients**, v. 14, n. 23, p. 5038, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9738822/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

BARATA, Rita Barradas *et al.* Inquérito Nacional de Cobertura Vacinal 2020: métodos e aspectos operacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 26, e230031, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230031.2>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação 2026: vacinas da criança (0 a 9 anos, 11 meses e 29 dias)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario> . Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em: 2 jun. 2026.

DOCA, Fernanda Nascimento Pereira; COSTA JUNIOR, Áderson Luiz. Preparação psicológica para admissão hospitalar de crianças: uma breve revisão. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 37, p. 167-179, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/cPj5KbJPTwDndTPkCSM6XNJ/?lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2026.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos *et al.* 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, supl. 2, e00222919, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00222919>.

FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da Atenção Básica à Saúde do Sistema Único de Saúde do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 11, p. 4521-4530, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.30662018>. Acesso em: 3 jun. 2026.

MORAES, José Cássio de *et al.* Confiabilidade das informações registradas no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 33, n. 2, e20231309, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222024v33e20231309.especial2.en>.